

Justiça na Transição Energética

Número 3 - Março de 2026

A terceira edição da newsletter Justiça na Transição Energética reúne os principais movimentos recentes que moldam o setor energético brasileiro em um contexto de crise climática e disputas geopolíticas. A projeção de aumento da demanda por energia impulsionada por eventos climáticos extremos e pela expansão de data centers pressiona o planejamento do sistema elétrico, ao mesmo tempo em que o governo avança em consultas públicas para novos planos de expansão e direciona recursos do Fundo Clima majoritariamente para projetos de transição energética.

Esta edição também aborda as contradições do atual modelo de desenvolvimento, com o recorde de exportação de petróleo e o aumento das emissões associadas, além de iniciativas voltadas à justiça climática, como a criação do Comitê de Enfrentamento ao Racismo Ambiental. No plano internacional, destacamos a ampliação da presença chinesa em projetos de energia renovável na América Latina, movimento que reposiciona a região na economia de baixo carbono e influencia diretamente os rumos da transição energética no Brasil.

ONS prevê salto na demanda de energia até 2026 por El Niño e data centers

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) projeta um aumento significativo da demanda por energia no Brasil até 2026, impulsionada por um clima mais quente associado à possível ocorrência do fenômeno El Niño e pela expansão de centros de dados, que consomem grande quantidade de eletricidade. A estimativa aponta para um crescimento de até 46% na carga entre 2026 e 2030, conforme o plano decenal de energia.

Especialistas destacam que verões mais intensos, com temperaturas elevadas, poderão elevar o uso de ar condicionado e equipamentos elétricos, pressionando ainda mais a rede de energia. O cenário reforça a necessidade de se adotar mudanças do ponto de vista construtivo e urbanístico para adaptar as cidades a um mundo mais quente, acelerar a transição para fontes renováveis e estratégias de eficiência energética para atender à demanda com menor impacto climático e garantir justiça climática no acesso à eletricidade diante das mudanças no perfil de consumo e condições climáticas.

Saiba mais: [**PLAN 2026-2030: ONS projeta salto de 4,6% na carga impulsionado por El Niño e Data Centers**](#)
[**Mercado fica alerta com possibilidade de chegada de EL NIÑO este ano**](#)

Fundo Clima concentra investimentos em energia renovável

O relatório mais recente sobre o uso dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) mostra que em 2025 a maior parte dos financiamentos aprovados se concentrou em projetos de transição energética e energias renováveis, representando cerca de 65% do total autorizado. Essa alocação destaca o papel do Fundo no impulso à expansão de fontes renováveis e à modernização do setor elétrico como parte da estratégia para reduzir emissões de gases de efeito estufa e avançar na transição para uma economia de baixo carbono.

O Fundo Clima é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e financia iniciativas que vão desde energias solar e eólica até tecnologias para hidrogênio verde e outras fontes renováveis, além de ações de eficiência energética e modernização de redes. As decisões sobre o uso deste fundo são acompanhadas por um comitê gestor que conta com representantes da sociedade civil, do movimento negro, dos povos e comunidades tradicionais, dos povos indígenas e de agricultores familiares. Esses investimentos reforçam a prioridade dada à transição energética dentro da política climática brasileira, ainda que áreas como adaptação climática e conservação ambiental recebam uma parcela menor dos recursos até o momento.

Saiba mais: [65% do fundo Clima foi para a transição energética em 2025](#)

Governo lança consultas para planejamento energético brasileiro

O Ministério de Minas e Energia (MME) lançou consultas públicas para o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035 e o Plano Nacional de Energia (PNE) 2055, dois instrumentos centrais do planejamento energético brasileiro que orientam decisões de curto, médio e longo prazo no setor energético. Os planos, elaborados com base técnica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ficam abertos para contribuições por 30 dias e devem reforçar a previsibilidade regulatória, atrair investimentos e apoiar a transição energética de baixo carbono, incluindo projeções de expansão da oferta elétrica, infraestrutura e adoção de novas tecnologia

Saiba mais: [MME lança consultas públicas do PDE 2035 e do PNE 2055 e reforça planejamento estratégico do setor energético](#)

Governo abre comitê contra racismo ambiental

O governo brasileiro abriu inscrições até 4 de março para integrar o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Climático, iniciativa interministerial que reúne os ministérios da Igualdade Racial, Meio Ambiente e Mudança do Clima, Povos Indígenas e Desenvolvimento Agrário. O objetivo é articular políticas públicas e ampliar a participação da sociedade civil para enfrentar desigualdades climáticas e ambientais que afetam

desproporcionalmente populações negras, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, o que é um passo relevante para justiça climática na política nacional.

Saiba mais: [Governo do Brasil abre inscrições para o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Racismo Ambiental e Climático](#)

Brasil registra recorde de exportação de petróleo

O Brasil atingiu em 2025 o maior volume histórico de exportações de petróleo, impulsionado por vendas no mercado internacional e pela atuação de grandes empresas do setor. O desempenho elevou a receita externa, mas intensificou a dependência do modelo energético fóssil.

No mesmo ano as emissões de gases de efeito estufa associadas à produção de petróleo no país também cresceram, segundo análises setoriais, refletindo maior atividade de extração e processamento. O aumento das emissões acende sinais de alerta para o desafio de alinhar desenvolvimento econômico com metas climáticas, evidenciando tensões entre expansão da produção de combustíveis fósseis e a urgência de acelerar a transição para fontes de energia renovável e reduzir desigualdades na justiça climática.

Câmara avança em debate sobre agrocombustíveis e Brasil fortalece cooperação com o México

Comissões da Câmara dos Deputados debateram sobre o papel dos agrocombustíveis na transição energética brasileira. O etanol de cana-de-açúcar foi destacado como alternativa estratégica para apoiar a descarbonização da matriz energética. Durante seminário da Comissão Especial de Transição Energética, especialistas discutiram as ações em curso no Brasil e no exterior para a construção do chamado mapa do caminho da transição energética. O objetivo é estruturar medidas graduais para substituir fontes fósseis, como petróleo, carvão e gás natural, por alternativas de menor emissão.

Estudo apresentado no encontro indicou que a produção de agrocombustíveis a partir da cana-de-açúcar pode crescer até 40% sem expansão da área cultivada, com base em ganhos de produtividade e eficiência. Paralelamente, o Ministério de Minas e Energia recebeu a delegação oficial do Governo do México para fortalecer a cooperação bilateral na produção e no uso de agrocombustíveis. A agenda integra a implementação da Declaração de Intenções sobre Cooperação Bilateral em Produção e Uso de Biocombustíveis, que prevê intercâmbio técnico, institucional e regulatório entre os dois países.

Saiba mais:

[Seminário na Câmara dos Deputados debate o futuro dos biocombustíveis](#)
[Com foco em biocombustíveis, seminário aponta caminhos para a substituição gradual do petróleo](#)

[Brasil e México avançam na agenda estratégica de biocombustíveis e reforçam parceria energética](#)

Terras raras colocam Brasil no centro da nova disputa da transição energética

Relatório da XP aponta que o Brasil pode assumir papel de destaque da crescente demanda por terras raras devido ao volume de reservas disponíveis no país. Embora a China concentre atualmente a maior parte da produção e do refino desses minerais, o Brasil reúne cerca de 20% das reservas globais, mas ainda tem participação limitada na cadeia produtiva.

A avaliação otimista da empresa é de que há espaço para o país ampliar investimentos, agregar valor à produção e se posicionar como fornecedor estratégico em um mercado considerado crítico para a descarbonização global. O avanço, no entanto, depende de estrutura industrial, tecnologia de processamento, segurança regulatória e superação de desafios ambientais. Ao mesmo tempo, o relatório ignora os diversos incentivos fiscais à extração mineral para exportação, que desestimula a industrialização e a centralidade de políticas de créditos horizontais, que pouco distinguem projetos de extração daqueles de refino e industrialização.

Saiba mais: [Terras raras: nova disputa da transição energética pode colocar o Brasil em posição de protagonismo, aponta relatório da XP](#)

[Por que a industrialização mineral brasileira é a velha fórmula do extrativismo de commodities reciclada](#)

China amplia influência econômica no Brasil e América Latina em setores de baixa emissão de carbono

A China tem intensificado investimentos em energia renovável e tecnologias de baixo carbono na América Latina, consolidando presença estratégica em setores como baterias, veículos elétricos e infraestrutura de geração de energia renovável. O avanço ocorre em meio à disputa geopolítica com os Estados Unidos por influência econômica e tecnológica na região.

Com maior capacidade de financiamento e oferta de tecnologia a custos competitivos, empresas chinesas vêm ocupando espaço em projetos de transição energética, especialmente em países que enfrentam limitações fiscais e necessidade de expandir a oferta de energia. O movimento reforça o papel da região na nova economia de baixo carbono e coloca a transição energética no centro das relações internacionais, com impactos diretos sobre desenvolvimento, soberania energética e justiça climática.

Saiba mais: [China's Green-Tech Push in Latin America Is Gaining Traction](#)

Fique de olho

Comitiva do governo paulista vai à Alemanha para uma agenda de negócios e foca em estreitar parcerias na transição energética. Na agenda, está um encontro com a empresa austríaca Andritz, que desenvolve tecnologias e manejo de hidrogênio.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Economia Verde de Santa Catarina fez encontros com representantes da indústria do carvão sobre transição energética justa. A FGV conduz o desenvolvimento do Plano de Transição Energética Justa para o estado.

Engie está considerando adicionar sistemas de armazenamento de energia e centros de dados para mineração de bitcoin no complexo Assú Sol, no Rio Grande do Norte, com a justificativa de melhorar a rentabilidade da instalação.